

DATA MERCANTIL

São Paulo



SEMPRE DIVULGANDO SUAS INFORMAÇÕES E NÚMEROS COM ✓ TRANSPARÊNCIA, ✓ SEGURANÇA E ✓ QUALIDADE.

datamercantil.com.br

SÃO PAULO, Sábado, 09, Domingo, 10 e Segunda-Feira, 11 de agosto de 2025 | edição nº 1337

R\$ 2,50

LULA VETA TRECHOS DE LEI QUE ENFRAQUECE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E EDITA MP PARA PROPOSTA DE ALCOLUMBRE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou 63 pontos da lei que flexibiliza e simplifica o licenciamento ambiental e apresentou um novo projeto de lei para discutir os pontos mais sensíveis da proposta com o Congresso Nacional mais uma vez, além de editar uma MP (medida provisória) para fazer com que a chamada LAE (Licença Ambiental Especial) passe a valer imediatamente.

A LAE, como revelou a Folha de S.Paulo, foi impulsionada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e permite ao governo federal escolher projetos, por meio de um conselho político, que

passam a ter prioridade no processo de licenciamento. Ela pode beneficiar a exploração de petróleo na Foz do Amazonas.

Pela redação do Congresso, esse dispositivo (assim como toda a nova lei) passaria a valer apenas daqui a seis meses. Já na MP, a sua vigência passa a ser imediata.

Na combinação de vetos e novas propostas, a LAE se mantém, mas é derrubado o trecho que previa a análise seria monofásica.

Agora, essa análise precisará de ao menos duas etapas. Foi mantido o prazo máximo de um ano para que ele seja concluída, e há uma previsão de reforço da equipe técnica para trabalhar

com esses processos, para garantir uma tramitação mais rápida que o normal.

O entendimento do governo foi o de que o principal problema da LAE era ser monofásica, mas que a priorização de empreendimentos estratégicos já acontecia, por exemplo, para o PAC (Programa de Aceleração ao Crescimento).

Tanto os vetos quanto os dois novos textos foram publicados no Diário Oficial da União na tarde da sexta (8).

Segundo a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, o objetivo dos vetos é "manter a integridade do licenciamento ambiental por considerá-lo a espinha dorsal da preservação ambiental".

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



Perdas do Brasil com tarifaço podem ser amortecidas com reajuste do comércio global, diz estudo

Lula diz que Moraes está garantindo a democracia no Brasil

Governadores de direita planejam encontros para unificar grupo com críticas a STF e governo

China abre as portas para exportações do Brasil e sugere açaí



IORQ estreia com aporte de R\$ 35 milhões e meta de tornar crédito mais eficiente no Brasil



NO MUNDO

Governo de Israel aprova ocupação da Cidade de Gaza



O gabinete de segurança de Israel aprovou um plano para que as Forças Armadas do país assumam o controle da Cidade de Gaza, poucas horas depois de o primeiro-ministro Binyamin Netanyahu reafirmar a intenção de expandir a presença militar para todo o território palestino. A decisão ocorre apesar do aumento das críticas internas e internacionais à guerra, que se aproxima de dois anos de duração.

Segundo comunicado divulgado pelo gabinete nesta quinta-feira (7), a operação faz parte da "proposta para derrotar o Hamas" e será acompanhada do fornecimento de ajuda humanitária à população que estiver fora das zonas de combate. De acordo com o jornal The Times of Israel, também deve exigir a retirada dos civis da Cidade de Gaza, onde atualmente estão cerca de 800 mil pessoas.

A ação, portanto, deverá diminuir ainda mais a área territorial em que a população de Gaza, de aproximadamente 2 milhões de pessoas, tem permissão para ficar. Além da ofensiva, a maioria dos integrantes do gabinete apoiou uma lista com cinco exigências que Israel pretende impor em troca do fim da guerra com o Hamas: o desarmamento da facção terrorista; o retorno de todos os 50 reféns ainda em

cativo (dos quais se acredita que 20 estejam vivos); a desmilitarização de Gaza; que Tel Aviv mantenha o controle da segurança sobre o território; e a criação de um governo civil alternativo sem a participação do Hamas nem da Autoridade Palestina, que governa parte da Cisjordânia.

Horas antes de se reunir com seu gabinete nesta quinta, Netanyahu disse que pretende assumir o controle militar de toda a Faixa de Gaza e, posteriormente, entregá-la a um órgão que fará a administração civil. A declaração foi dada à emissora americana Fox News, quando o premiê foi questionado se pretende tomar controle de todo o território palestino.

Horas antes de se reunir com seu gabinete nesta quinta, Netanyahu disse que pretende assumir o controle militar de toda a Faixa de Gaza e, posteriormente, entregá-la a um órgão que fará a administração civil. A declaração foi dada à emissora americana Fox News, quando o premiê foi questionado se pretende tomar controle de todo o território palestino.

Horas antes de se reunir com seu gabinete nesta quinta, Netanyahu disse que pretende assumir o controle militar de toda a Faixa de Gaza e, posteriormente, entregá-la a um órgão que fará a administração civil. A declaração foi dada à emissora americana Fox News, quando o premiê foi questionado se pretende tomar controle de todo o território palestino.

Horas antes de se reunir com seu gabinete nesta quinta, Netanyahu disse que pretende assumir o controle militar de toda a Faixa de Gaza e, posteriormente, entregá-la a um órgão que fará a administração civil. A declaração foi dada à emissora americana Fox News, quando o premiê foi questionado se pretende tomar controle de todo o território palestino.

Folhapress

Trump dribla Putin e sela a paz entre Armênia e Azerbaijão



Enquanto luta para reverter o fracasso até aqui para acabar com as guerras na Ucrânia e em Gaza, Donald Trump conseguirá um insperado sucesso no campo da pacificação nesta sexta-feira (8), promovendo um acordo para pôr fim ao conflito de três décadas entre Armênia e Azerbaijão.

De quebra, ele driblou Vladimir Putin, ao inserir o protagonismo americano no sul do Cáucaso, uma região historicamente dominada pela Rússia com um desafio crescente da Turquia, aliada de Baku na disputa com Ierevan nos últimos anos.

Na Casa Branca, Trump recebe o premiê armênio, Nikol Pashinyan, e o autocrático presidente azeri, Ilham Aliyev. Pelo acordo a ser assinado, ambos os países vão trabalhar para normalizar ao máximo as relações, com as bênçãos econômicas dos Estados Unidos.

Pelo texto, será enfim estabelecido um corredor entre o enclave azeri de Nakhchivan, espremido entre Armênia, Turquia e Irã, e o território principal do Azerbaijão. Ele será operado por empresas americanas sob supervisão armênia, facilitando o trânsito comercial na

região como um todo.

O corredor era a principal pendência entre os rivais vizinhos, que desde o fim da União Soviética da qual faziam parte em 1991 travaram uma disputa sangrenta pelo controle de pedaços da colcha de retalhos étnica deixada para trás pelo império comunista.

Antes, o foco de crise era uma região com cerca de 150 mil armênios étnicos no coração do Azerbaijão chamada Nagorno-Karabakh, o Artsakh na língua local. De 1992 a 1994, uma guerra estourou acerca do controle da área, e foi vencida por Ierevan.

Igor Gielow/Folhapress

China apoia novos contatos entre EUA e Rússia, diz Xi Jinping

A China está satisfeita em ver a Rússia e os Estados Unidos mantendo contato e estreitando laços para avançar em uma resolução política para a crise na Ucrânia, disse o presidente Xi Jinping em um telefonema com o presidente russo, Vladimir Putin, nesta sexta-feira (8).

Segundo a emissora estatal chinesa CCTV, Xi afirmou a Putin que Pequim manterá sua posição sobre a necessidade de negociações de paz e uma solução diplomática para o conflito.

A ligação foi realizada a pedido de Putin, informou a CCTV.

A ligação ocorreu após o governo russo anunciar, na quinta-feira (7), que Putin se encontrará com o presidente americano, Donald Trump, nos próximos dias em busca do fim da guerra, que já está em seu quarto ano.

Trump adotou uma abordagem mais conciliatória em relação à Rússia

após retornar à Casa Branca em janeiro, mas expressou crescente frustração com Putin pela falta de progresso em direção à paz e ameaçou impor tarifas pesadas a países, incluindo a China, que compram petróleo russo.

Trump disse na quarta-feira (6) que poderia anunciar novas tarifas sobre a China, semelhantes às tarifas de 25% que já impôs à Índia por causa das compras de petróleo russo.

Um porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, em resposta às declarações de Trump, afirmou na sexta-feira (8) que a cooperação comercial e energética da China com a Rússia é "justa e legítima".

"Continuaremos a tomar medidas razoáveis para garantir a segurança energética com base em nossos próprios interesses nacionais", disse o porta-voz Guo Jiakun em um comunicado divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores da China.

CNN

**DATA
MERCANTIL** São Paulo

◀ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◀ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◀ EDITORIAL: Daniela Camargo
◀ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◀ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

Perdas do Brasil com tarifaço podem ser amortecidas com reajuste do comércio global, diz estudo



O tarifaço global imposto pelos Estados Unidos deve provocar um rearranjo no comércio internacional que pode ajudar a amortecer as perdas que o Brasil terá com a sobretaxa de 50% implementada pelo presidente Donald Trump. Alguns setores, inclusive, podem sair ganhando quando se consideram os impactos indiretos.

É o que indica um estudo publicado nesta quinta-feira (7) por pesquisadores do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

O trabalho considerou não só o impacto direto

do tarifaço dos EUA sobre exportações de produtos brasileiros, mas também os efeitos das tarifas impostas a outros países (e das retaliações), que podem alterar a competitividade relativa do Brasil no cenário internacional. A ideia é que esse efeito indireto tem potencial para favorecer exportações brasileiras ao desviar parte do comércio global para outros mercados.

Mas, apesar de eventuais benefícios, a análise dos economistas sugere que o resultado final continua sendo negativo: tanto para a economia nacional, quanto global.

O estudo, publicado pelos autores Edson Paulo Domingues, João Pedro

Revedo Pereira da Costa e Aline Souza Magalhães, considera as tarifas globais vigentes desde a última quinta-feira e os acordos comerciais já fechados entre EUA e União Europeia e Reino Unido, por exemplo.

Também leva em conta que, até o momento, a China foi a única a retaliar Washington, impondo tarifas de 10% sobre importações americanas.

"As taxas aplicadas sobre importações provenientes de outros países nos EUA e a retaliação da China, por sua vez, teriam efeitos que poderiam beneficiar o Brasil em mercados específicos, trazendo, assim, impactos positivos", dizem os autores.

Folhapress

Saques da poupança superam depósitos em R\$ 6,25 bilhões em julho

Os saques em cadernetas de poupança superaram os depósitos em R\$ 6,25 bilhões no mês de julho deste ano. O resultado decorre de um total de R\$ 363,57 bilhões em depósitos; e de R\$ 369,82 bilhões em saques no mês.

É o que mostra o Relatório de Poupança, divulgado nesta sexta-feira (8) pelo Banco Central, em Brasília.

De acordo com o documento, os rendimentos creditados em julho nas contas de poupança ficaram em R\$ 6,47 bilhões. Com isso, o saldo se manteve pouco

acima de R\$ 1 trilhão.

Em junho, os depósitos feitos em poupança estavam maiores do que os saques em R\$ 2,12 bilhões. Em julho do ano passado, a situação era inversa, com os saques superando os depósitos em R\$ 908,6 milhões.

No acumulado de 2025, os saques superaram os depósitos em R\$ 55,9 bilhões.

Entre os motivos que levam a um cenário em que os saques na poupança são maiores do que os depósitos figura a alta da taxa básica de juros (Selic), que está atualmente em 15% ao ano.

Pedro Peduzzi/ABR



China abre as portas para exportações do Brasil e sugere açaí



Após divulgar a habilitação de 183 empresas brasileiras de café, no dia do anúncio da sobretaxa dos EUA, a Embaixada da China está atrás de mais produtos, inclusive carne, também tarifada. "Churrasco na China? Sim, meus amigos!", escreve em mensagem de mídia social, listando restaurantes de rodízio em Pequim, Xangai e Shenzhen.

Há três dias vem ensinando como vender tanto online como numa feira de comércio em Xiamen, daqui a um mês. "A China está de portas abertas para os produtos brasileiros - e o comércio eletrônico é a ponte. Café? Própolis?

Açaí em pó? É óbvio!"

De sua parte, a ApexBrasil (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Atração de Investimentos) também realiza campanhas de marketing na China, desde a visita mais recente do presidente Lula, em maio. Fez com café, na rede Luckin, e açaí, na rede Mixue.

Já não são ações isoladas. O telefonema de quarta (6) entre o assessor especial da Presidência da República, Celso Amorim, e o chanceler Wang Yi, diretor do Escritório de Relações Internacionais do Partido Comunista da China, cargo de segurança nacional equivalente ao do brasileiro, explicitou ser cada vez mais

uma relação estratégica.

Wang afirmou que "a China está disposta a trabalhar com o Brasil de modo a compensar as incertezas externas com a estabilidade e a complementaridade da cooperação bilateral", o que é feito "sob a orientação estratégica do presidente Xi Jinping e do presidente Lula". Que "a China apoia firmemente o Brasil na defesa do seu direito ao desenvolvimento e na resistência à prática intimidatória de tarifas abusivas", referência à taxação de produtos brasileiros pelo presidente Donald Trump, dos Estados Unidos. Na versão do texto em inglês, o "bullying".

Nelson de Sá/Folhapress

POLÍTICA

Lula diz que Moraes está garantindo a democracia no Brasil



O presidente Lula (PT) disse nesta sexta-feira (8) que o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), está "garantindo a democracia" no Brasil.

Lula proferiu a fala ao se dirigir ao senador Sérgio Petecão (PSD-AC) durante discurso em Rio Branco, no Acre. O presidente também criticou a ocupação da Mesa Diretora do Senado e Câmara, feita durante dois dias, por parlamentares de oposição que protestaram contra a prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"Você, Petecão, não assinou pedido de impeachment de Alexandre de Moraes, porque ele está garantindo a democracia. Quem deveria ter o impeachment são esses deputados e senadores que ficam tentando fazer greve para não permitir que funcionem a Câmara e o Senado, verdadeiros traidores da pátria", disse Lula.

O presidente Lula realiza as primeiras visitas ao Acre e a Rondônia no atual mandato nesta sexta-feira (8). O petista irá a Porto Velho ainda nesta tarde, após deixar o estado acreano.

No Acre, Lula realiza investimentos de R\$ 1,1

bilhão do governo federal em infraestrutura, transportes, energia, educação e regularização fundiária para o estado. O evento conta com a participação do governador Gladson Cameli (PP), que em 2022 apoiou Jair Bolsonaro em 2022.

Governado pelo PT durante 20 anos seguidos, o Acre deu uma guinada à direita a partir das eleições de 2018, tornando-se, desde então, um reduto bolsonarista. Em 2022, Bolsonaro teve 70,3% dos votos válidos no segundo turno no eleitorado acreano, enquanto Lula obteve 29,7%.

Folhapress

Polarização avança e 76% dizem ser petistas ou bolsonaristas, diz Datafolha

Três em cada quatro brasileiros se identificam como apoiadores do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ou do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), segundo levantamento divulgado pelo instituto Datafolha nesta sexta-feira (8). Conforme aponta a série histórica da pesquisa, realizada desde dezembro de 2022, a polarização política segue avançando no país.

Foram ouvidas presencialmente 2.004 pessoas de 16 anos ou mais em 130 municípios pelo país entre os dias 29 e 30 de julho. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou para menos.

O Datafolha pediu que os entrevistados se encaixassem numa escala de 1 (bolsonarista) a 5 (petista). Aqueles que res-

ponderam "um" ou "dois" foram classificados como "bolsonaristas", e os que declararam "quatro" ou "cinco" foram qualificados como "petistas". Já quem respondeu "três" foi tido como "neutro".

O levantamento de hoje indica que 39% dos entrevistados se enxergam mais alinhados às pautas defendidas por Lula. Em relação à rodada anterior, publicada em junho, houve um avanço de quatro pontos percentuais neste índice. Ao mesmo tempo, 37% se veem mais próximos às pautas encampadas por Bolsonaro (eram 35% em junho).

Por sua vez, 18% das pessoas ouvidas se consideram "neutras". Outras 5% disseram não estar alinhadas nem a Lula, nem a Bolsonaro, e 1% não soube responder. CNN



Governadores de direita planejam encontros para unificar grupo com críticas a STF e governo



Governadores da direita planejam encontros para unificar o grupo, com críticas à atuação do STF (Supremo Tribunal Federal) e do governo, e vão se reunir na próxima terça-feira (12) com presidentes de partido.

Segundo o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), o passo seguinte será procurar os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), e se colocar à disposição do governo federal para o que chamou de diálogo.

Ibaneis foi o anfitrião da primeira reunião, ocorrida na quinta-feira (7), que teve a presença de outros oito governadores: Tarcísio

de Freitas (Republicanos), de São Paulo; Romeu Zema (Novo), de Minas Gerais; Ronaldo Caiado (União), de Goiás; Ratinho Jr (PSD), do Paraná; Jorginho Mello (PL), Santa Catarina; Claudio Castro (PL), do Rio de Janeiro; Mauro Mendes (União Brasil), do Mato Grosso; e Wilson Lima (União), do Amazonas.

Os quatro primeiros são pré-candidatos ou cotados ao Palácio do Planalto no próximo ano.

Segundo relatos, a eleição de 2026 não entrou em pauta, mas a ideia deles é unificar o grupo político. O governador Mauro Mendes contou ter dito aos participantes que o próximo presidente do Brasil estava na reunião. E que, se não es-

tiver, e a esquerda continuar no poder, os responsáveis também estavam ali.

"Impossível união no primeiro turno. Convergência só no segundo turno", disse à Folha Caiado, questionado se o movimento já seria uma tentativa de aproximação eleitoral.

Ao final do encontro, apenas três falaram com a imprensa: Tarcísio, Caiado e Mendes. Os demais disseram ter compromissos.

O governador de São Paulo falou em "harmonia institucional" para criticar o STF. Ele defendeu que "os Poderes têm papéis na mitigação da crise" e "têm que contribuir para desescalar a crise", numa alusão à prisão domiciliar do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Folhapress



PUBLICIDADE LEGAL

Legal aporta R\$ 1,7 milhão para tornar serviço jurídico um benefício corporativo

LTM Holding S.A.				
CNPJ/MF nº 48.287.884/0001-33				
Balço Patrimonial (Em Reais)				
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo	7.263.942,38 D	7.442.012,86 D	7.263.942,38 C	7.442.012,86 C
Ativo Circulante	2.537.634,98 D	2.866.068,50 D	309.244,60 C	322.494,50 C
Disponibilidades	2.164.421,66 D	2.518.386,27 D	309.244,60 C	322.494,50 C
Depósitos Bancários a Vista	25.000,00 D	0,66 D		
Bancos Conta Movimento	25.000,00 D	0,66 D		
Aplicações Financeiras	2.139.421,66 D	2.518.385,61 D	8.538,60 C	21.192,50 C
Aplicações Financeiras Renda Fixa	2.119.831,52 D	2.498.971,05 D	8.538,60 C	21.192,50 C
Aplicações Financeiras Fundos de Investimentos	19.590,14 D	19.414,56 D		
Créditos	373.213,32 D	347.682,23 D		
Créditos com Terceiros	373.213,32 D	347.682,23 D		
Tributos a Compensar/recuperar	2.580,04 D	-		
Créditos com Pessoas Ligadas Físicas/jurídicas	370.633,28 D	347.682,23 D		
Ativo Não Circulante	4.726.307,40 D	4.575.944,36 D	6.954.697,78 C	7.119.518,36 C
Investimentos	4.571.000,00 D	-	4.309.687,00 C	4.657.369,00 C
Propriedades para Investimentos	4.571.000,00 D	-	4.309.687,00 C	4.657.369,00 C
Propriedades para Investimentos Imobilizado	155.307,40 D	4.575.944,36 D		
Bens em Operação	186.369,00 D	4.757.369,00 D		
Imobilizado - Aquisição	186.369,00 D	4.757.369,00 D		
(-) Depreciações, Amortizações e Quotas de Exaustão	31.061,60 C	181.424,64 C		
(-) Bens Utilizados na Produção e/ou Prestação de Serviços	31.061,60 C	181.424,64 C		
Demonstração do Resultado do Exercício	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023		
Descrição				
Receita Bruta Operacional	-	2.078.499,04		
Faturamento Prod. Merc. e Serviços	-	2.078.499,04		
Outras Receitas	-	2.078.499,04		
Deduções da Receita	-	75.869,64		
Impostos Faturados	-	75.869,64		
COFINS	-	62.354,99		
PIS	-	13.514,65		
Receita Líquida	-	2.002.629,40		
Lucro Bruto	-	2.002.629,40		
Despesas Operacionais	11.637,27	183.932,45		
Despesas Administrativas	139.443,81	220.753,06		
Despesas Gerais Administrativas	139.443,81	220.753,06		
Despesas Tributárias	33.817,11	1.020,16		
Resultado Financeiro	161.623,65	37.840,77		
Receitas Financeiras	162.936,39	41.087,28		
Despesas Financeiras	1.312,74	3.246,51		
Res. antes das Participações e Contrib.	(11.637,27)	1.818.696,95		
Res. antes Imp.renda e Contrib. Social	(11.637,27)	1.818.696,95		
Contribuição Social sobre o Lucro	14.664,29	63.558,63		
Contribuição Social sobre o Lucro	14.664,29	63.558,63		
Imposto de Renda	24.823,97	152.551,73		
Imposto de Renda	24.823,97	152.551,73		
Resultado Líquido do Exercício	(51.125,53)	1.602.586,59		
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados - DLPA	01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023		
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	1.917.697,79		
Ajustes	169.000,00	169.000,00		
(+) Ajustes Credores de Exercícios Anteriores	169.000,00	169.000,00		
Resultados	(51.138,58)	(51.138,58)		
(+) Lucro Líquido do Período	6.752,32	(13,05)		
(-) Ajustes Devedores de Exercícios Anteriores	(13,05)	(13,05)		
(-) Prejuízo Líquido do Período	(57.877,85)	(57.877,85)		
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.035.559,21	1.602.586,59		
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções outorgadas e Ações e Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	-	-	-	7.119.518,36
Redução de Capital	(347.682,00)	-	-	(347.682,00)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	168.986,95	168.986,95
Reserva Para Aumento de Capital	-	65.000,00	-	65.000,00
Lucro Líquido do Período	-	-	(51.125,53)	(51.125,53)
Saldos Finais	4.309.687,00	505.000,00	2.035.559,21	6.954.697,78
Leila Maria Nakamura - Diretora Presidente CPF: 623.59.536-00		Ailton Pereira de Souza - Contador CT/CRC: 1SP 155.697/0-9		

A Leggal, plataforma de cuidado jurídico como benefício corporativo, capta um investimento de R\$ 1,7 milhão em rodada pré-seed com a DOMO.VC, Anjos do Brasil e investidores anjo. O valor do aporte será utilizado na aceleração do roadmap de produtos e expansão comercial da empresa. A plataforma usa tecnologia, inteligência artificial e atendimento humanizado, para disponibilizar uma lista de advogados especializados de forma rápida, acessível e descomplicada.

Com mais de 30 mil usuários ativos e uma projeção de alcançar 80 mil até o final do ano, a startup surge num modelo inspirado em uma tendência consolidada nos Estados Unidos, onde 55% das empresas da Fortune 500 disponibilizam suporte jurídico como benefício. O Legal Care chega ao Brasil com um potencial de mercado estimado em mais de R\$ 20 bilhões. “Estamos revolucionando a forma como as pessoas enfrentam seus desafios jurídicos: sem medo, sem burocracia e com suporte real desde a primeira dúvida até o mo-

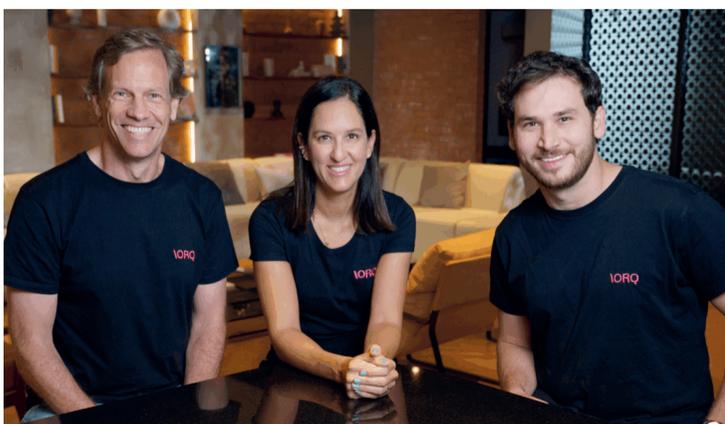
mento mais crítico, fortalecendo o acesso à advocacia.”, destaca Diego Battistella, Fundador e CEO da Leggal.

Leggal quer tornar processos jurídicos acessíveis. A Leggal começou a ser idealizada em 2017, após Battistella perder o pai em um acidente de carro na Holanda. Enquanto a família tomava as providências jurídicas no país, sua irmã, residente holandesa, comentou que tinha um plano de assistência jurídica, que cuidou de todo o processo, evitando desgaste emocional, custos adicionais e burocracia.

Foi então que ele convidou Taiane Fraga Lima, que já tinha ampla experiência em empresas de benefícios, para tirar a ideia do papel e fundar a empresa. “O que me conectou com o projeto foi o propósito de levar acesso jurídico a diferentes camadas sociais. Muitas pessoas nem sabem quais são seus direitos. A possibilidade de construir algo capaz de gerar uma transformação social real despertou em mim a vontade genuína de fazer parte da Leggal.”, destaca Taiane.

Startupi

IORQ estreia com aporte de R\$ 35 milhões e meta de tornar crédito mais eficiente no Brasil



Patrick Sigrist, criador do iFood e da Nomad, lança mais um projeto ao mercado. Com o objetivo de tornar o cenário de crédito no Brasil mais acessível, surge a IORQ, plataforma de crédito inteligente, com R\$ 2,5 bilhões sob gestão e uma rodada captada de R\$ 35 milhões, com fundos como Monashees, Upload Ventures, ONEVC e Norte. Com estrutura regulada e pronta para escalar, a startup direcionará os recursos da captação para o fortalecimento e expansão de sua infraestrutura tecnológica. “Estamos apoiando a IORQ porque acreditamos que há uma enorme oportunidade de criar uma gigante

do crédito no Brasil, com tecnologia de verdade e um time provado para executar”, comenta Eric Acher, sócio fundador da Monashees.

A IORQ chega ao mercado com a missão de aumentar a eficiência do crédito no país. A startup incorporou a gestora Quatá, que tem mais de 16 anos de atuação em crédito estruturado, o que trouxe um time de crédito com profundo conhecimento técnico e experiência em execução. A companhia espera orquestrar todo o processo de crédito, dos tomadores aos investidores, para que empresas se tornem plataformas financeiras inteligentes.

“Orquestração de investimentos para transformar

relações em resultados é a definição que traduz com precisão a proposta da nova empresa. A IORQ propõe um modelo completo e modular para a nova economia do crédito. Oferece infraestrutura e funding integrados, com tecnologia própria que permite a empresas originarem crédito, operarem garantias, gerirem risco e alavancarem seus próprios ecossistemas, tudo via APIs, de forma white-label, fluida e segura”, explica Patrick Sigrist, Executive Chairman da IORQ.

Com capital, tecnologia e um time experiente, a empresa nasce para ser protagonista no novo cenário do crédito no Brasil.

Startupi

PUBLICIDADE LEGAL

Sortenabet Gaming Brasil S.A.

CNPJ nº 54.989.030/0001-00 - NIRE 35.300.635.99-0

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, hora e local: No dia 14/07/2025, às 10hs, em Barueri/SP. **Convocação e Presença:** Convocação dispensada, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Guilherme Sousa de Freitas; Secretário: João Pedro Afonso Campos e Silva. **Deliberações aprovadas:** Destituído o Diretor, Sr. **Mozart Rodrigues Castello**, de seu cargo de **Diretor de Relacionamento com o Ministério da Fazenda** e eleita a Sra. **Isabella Ferrari Ehrenberg**, brasileira, advogada, para o referido cargo, a qual fica eleita na data do respectivo termo de posse para cumprir o restante do mandato de 3 anos que se iniciou pelo diretor anterior em 19/07/2024. A Diretora declara não estar incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que a impeça de exercer atividade mercantil e tomou posse mediante o **Termos de Posse**. Nada mais. SP, 14/07/2025. JUCESP nº 264.733/25-3 em 30/07/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 - NIRE 35.300.451.732

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20/06/2025

Data, Local, Hora: 20/06/2025, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Bruno de Bartolo Martins. **Deliberações:** Os acionistas aprovaram, por unanimidade: (I) aceitar a renúncia ao cargo de diretor apresentada, em 18/06/2025, pelo Sr. **Marcelo Duarte de Oliveira**, RG nº 12.712.886-SSP-SP e CPF/MF nº 022.212.388-50; (II) aprovar, para um novo mandato de 2 anos, sem reservas e/ou ressalvas, a reeleição do Sr. **Adilson Alves Martins**, RG nº 16.479.978-3 SSP/SP, CPF/MF nº 076.046.848-66, para o cargo de Diretor Presidente, e a reeleição do Sr. **Bruno de Bartolo Martins**, RG. nº 37.728.731-3 SSP/SP, CPF/MF nº 383.776.118-56, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os diretores ora reeleitos iniciam o novo mandato a partir desta data, e declaram, sob as penas da lei, que não estão incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata. São Paulo, 20/06/2025. **Presidente** – Adilson Alves Martins; **Secretário** – Bruno de Bartolo Martins. **Acionistas: Alvor Participações Ltda.**, Adilson Alves Martins – Administrador; **Adilson Alves Martins** Adilson Alves Martins. **Diretores:** Adilson Alves Martins – Diretor Presidente; Bruno de Bartolo Martins – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 216.892/25-9 em 01/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Sustentare Saneamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.851.447/0001-77 - NIRE 35.300.451.732

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03/06/2025

Data, Local, Hora: 03/06/2025, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj 64, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Marcelo Duarte de Oliveira. **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, por unanimidade, aprovar a dissolução e extinção do Consórcio Guarulhos Sustentavel, CNPJ/MF nº 48.258.640/0001-22. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata. São Paulo (SP), 03/06/2025. **Assinaturas:** Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Bruno de Bartolo Martins. **Acionistas: Alvor Participações Ltda.**, Adilson Alves Martins – Administrador; **Adilson Alves Martins**, Adilson Alves Martins. JUCESP – Registro nº 254.378/25-0 em 22/07/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Prime Aviation

Taxi Aéreo e Serviços Ltda.

CNPJ (MF) nº 23.568.370/0001-25

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

	31/12/23	31/12/22
ATIVO	31.12/23	31/12/22
Ativo circulante	221.367,32	359.532,61
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Títulos e valores mobiliários	127.580,20	126.754,72
Cotas de fundos de investimentos	127.580,20	126.754,72
Outros créditos	93.786,12	232.776,89
Rendas a receber	66.750,00	96.882,95
Créditos tributários	27.036,12	-
Diversos	-	135.893,94
Ativo não circulante	839.893,64	-
Realizável a longo prazo	839.893,64	-
Outros créditos	839.893,64	-
Diversos	839.893,64	-
Total do ativo	1.061.260,96	359.532,61
PASSIVO		
Passivo circulante	1.794.488,11	1.669.202,04
Outras obrigações	1.794.488,11	1.669.202,04
Impostos e contribuições sobre salários	747.676,50	310.653,22
Demais impostos e contribuições a recolher	362.197,09	5.421,19
Provisões para pagamentos a efetuar	548.972,29	475.930,39
Diversos	135.642,23	877.197,24
Passivo não circulante	577.715,75	-
Exigível a longo prazo	577.715,75	-
Outras obrigações	577.715,75	-
Diversos	577.715,75	-
Patrimônio líquido	(1.310.942,90)	(1.309.669,43)
Capital:		
De domiciliados no país	90.000,00	90.000,00
Lucros a realizar	-	(90.000,00)
Reservas / (prejuízos) acumulados	(1.400.942,90)	(1.309.669,43)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	(1.310.942,90)	(1.309.669,43)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.061.260,96	359.532,61

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)

	31/12/23	31/12/22
Receitas operacionais	1.468.444,17	1.419.076,45
Receita de bruta de prestação de serviços	1.468.444,17	1.419.076,45
Receita bruta operacional	1.468.444,17	1.419.076,45
Deduções da receita bruta	(59.975,58)	(71.393,56)
Tributos sobre a receita	(59.975,58)	(71.393,56)
Despesas com pis e cofins	(57.689,90)	(61.778,83)
Despesas com ISS	(2.285,68)	(9.614,73)
Resultado bruto	1.408.468,59	1.347.682,89
Despesas/receitas operacionais	(1.510.635,91)	(1.403.395,97)
Despesas com vendas	(19.766,35)	-
Despesas gerais e administrativas	(1.485.080,72)	(1.403.394,98)
Despesas com pessoal	(508.632,42)	(360.326,41)
Outras despesas administrativas	(959.390,65)	(1.040.898,21)
Despesas tributárias	(17.057,65)	(2.170,36)
Outras despesas operacionais	(5.788,84)	(0,99)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(102.167,32)	(55.713,08)
Resultado financeiro	10.893,85	6.195,91
Receitas financeiras	23.273,74	6.195,91
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	15.711,55	-
Rendas de títulos e valores mobiliários	5.054,70	6.195,91
Variações monetárias e cambiais ativas	2.507,49	-
Despesas financeiras	(12.379,89)	-
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(11.254,66)	-
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.125,23)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(91.273,47)	(49.517,17)
Resultado líquido das operações continuadas	(91.273,47)	(49.517,17)
Lucro / (prejuízo) do período	(91.273,47)	(49.517,17)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(91.273,47)	(49.517,17)
Atribuído a sócios não controladores	-	(0,00)
Nº de quotas:	90.000	90.000
Lucro (prejuízo) por quota:	(1,01)	(0,55)

A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda: Nívia Maria Gonçalves, Contadora, CRC nº ISP 215.294/0-3

Girotrade S.A.

CNPJ/MF nº 04.820.606/0001-24 - NIRE 35.300.316.452

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de janeiro de 2024

Data, horário e local: Em 31/01/2024, às 10hs, em São Paulo/SP. **Convocação e presença:** Dispensada a convocação, face a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente, Sr. Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Secretário, Daniel Vieira da Costa. **Deliberações aprovadas:** **6.1. Aprovada** a exclusão no objeto social das atividades de "Fabricação terceirizada de alimentos e bebidas em geral e de biscoitos e bolachas" e "Fabricação terceirizada de embalagens". Com a exclusão das atividades anteriormente citadas, o Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte nova redação: *Artigo 3º - A companhia tem por objeto:* a) Exploração da atividade de comércio no atacado, representação por conta própria e de terceiros e atendimento direto ao consumidor com vendas no varejo; b) Importação, exportação, armazenagem e distribuição dos seguintes produtos: alimentos em geral; alimentos não-percíveis; alimentos perecíveis; bebidas em geral; ração animal e artigos de petshop; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; limpeza do lar; artigos de bazar; bijuterias; presentes; lingerie; acessório e vestuário; eletrodomésticos; e eletroeletrônicos; c) Licenciamento do uso de marcas, softwares, tecnologias e/ou direitos autorais em geral; d) Comércio de materiais de construção e itens correlatos; e) Comércio de autopeças e itens correlatos; f) a aquisição, cessão, transferência de créditos/receíveis diversos de outras empresas através de diversos instrumentos jurídicos, tais como cessão de crédito; g) realização de serviços de análise e seleção de direitos creditórios que compreendem: análise, seleção e negociação dos valores e efetuar prospeção, cadastramento, análise cadastral e análise de crédito dos cedentes e devedores; h) armazenagem de mercadorias em geral por conta de terceiros; e i) Participação em outras empresas ou sociedades, como sócia, acionista ou quotista. **6.2. Aprovada** a alteração do cargo do diretor **Lucas Geraldo Sanches**, brasileiro, engenheiro, para o cargo de Diretor sem Designação Específica, e que a partir de agora passa a ocupar o cargo de Diretor Presidente, por um mandato de 3 anos, conforme Termo de Posse anexo. **6.3. Reeleger** o Sr. **Alfredo Egydio Arruda Villela Filho**, brasileiro, engenheiro, que, nesta data, firma o competente Termo de Posse, que passa a ocupar o cargo de Diretor de Negócios, por um mandato de 3 anos, conforme Termo de Posse anexo. **6.4. Reeleger** o Sr. **Daniel Vieira da Costa**, brasileiro, economista, que, nesta data, firma o competente Termo de Posse, que passa a ocupar o cargo de Diretor de Financeiro, por um mandato de 3 anos, conforme Termo de Posse. **6.5.** Aprovada a alteração do Artigo 9º do Estatuto Social, que passará a vigorar na forma do **Anexo I** a esta ata. Nada mais. JUCESP nº 81.545/24-1 em 22/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. Girotrade S.A. é uma sociedade anônima fechada, regida pelo disposto neste Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Artigo 2º.** A Sociedade tem sua sede e foro na Cidade de Cajamar, no estado de São Paulo, Rodovia Anhanguera, Km 43, Gleba 3, Galpão 200, Módulos C e D, Sítio dos Cristais, CEP: 07784-775. Filial: na cidade de Cajamar, no estado de São Paulo, Rodovia Anhanguera, Km 43, Gleba 3, Galpão 200, Módulo C, Parte A, Sítio dos Cristais, CEP: 07784-775, inscrita no CNPJ/MF nº 04.820.606/0003-96 e NIRE 35.906.687.640 – armazenagem de mercadoria em geral por conta de terceiros. **Artigo 3º.** A companhia tem por objeto: a) Exploração da atividade de comércio no atacado, representação por conta própria e de terceiros e atendimento direto ao consumidor com vendas no varejo; b) Importação, exportação, armazenagem e distribuição dos seguintes produtos: alimentos em geral; alimentos não-percíveis; alimentos perecíveis; bebidas em geral; ração animal e artigos de petshop; produtos de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos; limpeza do lar; artigos de bazar; bijuterias; presentes; lingerie; acessório e vestuário; eletrodomésticos; e eletroeletrônicos; c) Licenciamento do uso de marcas, softwares, tecnologias e/ou direitos autorais em geral; d) Comércio de materiais de construção e itens correlatos; e) Comércio de autopeças e itens correlatos; f) a aquisição, cessão, transferência de créditos/receíveis diversos de outras empresas através de diversos instrumentos jurídicos, tais como cessão de crédito; g) realização de serviços de análise e seleção de direitos creditórios que compreendem: análise, seleção e negociação dos valores e efetuar prospeção, cadastramento, análise cadastral e análise de crédito dos cedentes e devedores; h) armazenagem de mercadorias em geral por conta de terceiros; e i) Participação em outras empresas ou sociedades, como sócia, acionista ou quotista. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Do Capital e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 77.797.000,00, representado por 77.797.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, com o objetivo de cancelá-las ou mantê-las em tesouraria, para posterior alienação, sempre com a prévia autorização da Assembleia Geral. **Artigo 6º.** A cada ação corresponde um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Parágrafo Primeiro:** Poderá ser adotada a forma escritural para as ações representativas do capital social, ficando a Assembleia Geral autorizada a contratar instituição administradora ou depositária para os serviços de ações escriturais, dentre as que forem autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo Segundo:** A instituição administradora ou depositária das ações cobrará dos acionistas os custos dos serviços de transferência de propriedade das ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. **Artigo 7º.** Os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações emitidas pela Companhia, na proporção das ações já possuídas anteriormente. **Artigo 8º.** Os acionistas terão direito de preferência na alienação de ações por qualquer acionista, nas mesmas condições, mediante proposta de venda por escrito, estabelecendo os valores e condições de pagamento, com prazo mínimo de 30 dias, a contar da data de recebimento da mesma. **Parágrafo Único:** Os acionistas poderão vender, ceder, transferir, doar ou sob qualquer outra forma alienar suas ações a terceiros, obedecida a preferência estabelecida no caput deste artigo, cuja comprovação efetuar-se-á mediante termo lavrado no livro de transferência de ações da Companhia de acordo com as exigências legais. **Da Administração – Da Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria será composta por no mínimo 1 e no máximo 5 Diretores, dos quais um será designado Diretor Presidente, um será designado Diretor de Negócios, um será designado Diretor Financeiro, um será designado Diretor de Tecnologia da Informação e um será designado Diretor de Operações, que atuarão de acordo com as regras do Estatuto Social e com as disposições do Acordo de Acionistas arquivado na sede social. **Parágrafo Primeiro.** Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Segundo.** Em caso de vacância ou renúncia de um Diretor, uma Assembleia Geral será convocada no prazo de até 30 dias para deliberar sobre a eleição de um Diretor substituto, que permanecerá no cargo pelo prazo remanescente do mandato do Diretor substituído. **Artigo 10.** Os Diretores serão responsáveis pelas operações e atividades da Companhia, por todos os assuntos relativos ao seu dia a dia e pela prática de todo e qualquer ato ou medidas para cumprimento e implementação do objeto social da Companhia. Suas atribuições incluem a prática de todo e qualquer ato ou medida não expressamente atribuído às Assembleias Gerais, conforme previsto por lei e/ou no Estatuto Social. **Artigo 11.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário. As reuniões de Diretoria serão convocadas por quaisquer dos seus membros, por escrito, com pelo menos 3 dias úteis de antecedência, com a indicação das matérias que serão objeto de deliberação e quaisquer documentos necessários a estas discussões. As matérias discutidas em qualquer reunião serão limitadas ao conteúdo da pauta estabelecida para aquela reunião. Independentemente das formalidades de convocação para reuniões de Diretoria previstas neste Artigo, será considerada regularmente convocada a reunião à qual comparecerem todos os membros da Diretoria ou quando esses estiverem representados ou tiverem enviado seus votos de acordo com o Artigo 12 abaixo. **Artigo 12.** As reuniões de Diretoria ocorrerão na Cidade de Cajamar, na sede da Companhia ou em local a ser informado no instrumento de convocação. As reuniões de Diretoria poderão ser gravadas e realizadas por teleconferência, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação que permita a identificação, a participação e o registro do voto dos membros da Diretoria, desde que todos os Diretores tenham cópias dos documentos que serão apresentados e/ou discutidos na reunião. Tal participação será considerada como presença pessoal em referida reunião. Nesse caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião poderão expressar seus votos, na data da reunião, por meio de carta ou correio eletrônico enviado aos demais membros da Diretoria. **Artigo 13.** Exceto conforme disposto nos Parágrafos abaixo, a Companhia deverá ser representada da seguinte forma: (i) pela assinatura conjunta de 2 Diretores, sendo um deles necessariamente Diretor Financeiro ou Diretor de Negócios; ou (ii) pela assinatura do Diretor Financeiro ou Diretor de Negócios em conjunto com 1 procurador com poderes especiais e específicos. **Parágrafo Primeiro.** A representação da Companhia dependerá somente da assinatura isolada do Diretor Financeiro: a) na abertura ou encerramento de contas bancárias de titularidade da Companhia, na realização de qualquer movimentação eletrônica ou pessoalmente, DOCs, TEDs, assinatura de cheques, ordens de pagamento e ordens de crédito; b) na emissão, endosso e/ou assinatura de quaisquer títulos de crédito pela Companhia; c) na outorga de recibos e quitações de qualquer natureza; d) na representação da Companhia perante a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria Estadual da Fazenda, as Juntas Comerciais, as repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, Serasa S.A. ou qualquer outra Autoridade Certificadora no âmbito do IFC-Brasil, nos atos relativos à solicitação, validação, obtenção, retirada, atualização, cadastramentos, registros, inclusive de senhas, bem como todo e qualquer ato necessário à operação de certificação digital, em qualquer modalidade, e praticar todos os atos necessários à representação da Companhia em tais órgãos. e) na emissão e aprovação de instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; f) na celebração de instrumentos em que a Companhia for parte interessada; g) na alienação (a título gratuito ou oneroso) ou oneração (mediante constituição de um direito real ou não) de quaisquer bens do ativo permanente da Companhia, incluindo intangíveis, marcas de comércio, URLS, licença de software e direitos de propriedade intelectual; h) na assunção de obrigações de qualquer natureza, vedada a concessão pela Companhia de garantia real ou pessoal por avulso, fiança ou outro modo, em obrigações de terceiros, incluídos seus acionistas e respectivos controladores, administradores, empregados e seus familiares, exceto nos termos de deliberação da Assembleia Geral; i) na renúncia a direito que acarrete perda econômica e financeira para a Companhia; j) em eventual abertura de capital da Companhia junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários). **Parágrafo Segundo.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 Diretores em conjunto, sendo um necessariamente Diretor Financeiro, e não poderão ter prazo superior a 1 ano, salvo aquelas para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. As procurações deverão conter uma descrição dos poderes especiais e específicos outorgados aos procuradores. **Artigo 14.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos, ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados por órgão competente ou pela Assembleia Geral. **Do Conselho Fiscal. Artigo 15.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 05 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, cujo funcionamento terá caráter não permanente. **Parágrafo Único:** O funcionamento, remuneração, competência, os deveres e as responsabilidades dos Conselheiros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **Das Assembleias Gerais. Artigo 16.** A Assembleia Geral compete as atribuições que lhe são conferidas por Lei e pelo presente Estatuto Social. **Artigo 17.** A Assembleia Geral dos acionistas reunir-se-á, ordinariamente, nos primeiros 4 meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, em qualquer época, tendo as atribuições previstas por Lei e no presente Estatuto, podendo-se realizar concomitantemente as Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias. **Artigo 18.** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria, ou pelo Conselho Fiscal ou pelos acionistas, nos casos previstos em Lei, devendo constar do Edital de Convocação, a data, hora e local das Assembleias Gerais, sempre com antecedência mínima de 8 dias da realização da Assembleia, ficando, desde já, estabelecido que este prazo poderá ser dispensado se houver o comparecimento da totalidade dos acionistas à Assembleia Geral. **Artigo 19.** As Assembleias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de acionistas representando a maioria do capital social, exceto nos casos em que o maior quórum for determinado por Lei, e com qualquer número, em segunda convocação. As deliberações, exceto nos casos previstos em Lei ou neste Estatuto Social ou em Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, serão tomadas pelos votos de acionistas representando a maioria absoluta do capital social. **Parágrafo Primeiro:** As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas por um presidente escolhido pelos acionistas, o qual escolherá um secretário, com observância do quórum legalmente exigido. **Parágrafo Segundo:** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, mediante procuração com poderes específicos, que ficará arquivada na sede da Companhia. **Parágrafo Terceiro:** Os acionistas deverão observar, quando for o caso, as disposições de Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia. **Artigo 20.** Sob pena de nulidade é necessária a aprovação de acionistas que representem ao menos dois terços do capital social para deliberação sobre qualquer das matérias previstas no artigo 136 da Lei nº 6.404/76 e, ainda, das seguintes matérias: I. alteração de qualquer artigo do Estatuto Social, incluindo aumento, redução ou abertura do capital social da Companhia, bem como desdobramentos ou grupamento de ações, criação de classes, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários, conversíveis ou não em ações e a emissão de ações preferenciais, partes beneficiárias, debêntures, bônus de subscrição, opções de compra ou subscrição de ações e, ainda, planos de opção de compra de ações ("stock option plans"); II. proposta de pagamento de dividendos, bem como a declaração de dividendos, incluídos dividendos intermediários; III. fixação ou alteração da remuneração da Diretoria; IV. reorganização societária da Companhia, incluídas cisões, incorporações, fusões e transformação do tipo societário; V. liquidação da Companhia e proposição de medidas judiciais visando o pedido de recuperação judicial e/ou autofalência; VI. aprovação de quaisquer negócios ou contratos de qualquer natureza entre a Companhia e seus acionistas, funcionários, sociedades controladas e coligadas, bem como de membros da Diretoria; VII. contratação e dispensa de auditores independentes; VIII. qualquer operação fora do curso normal dos negócios da Companhia, ou seja, não compreendidas no seu objeto social; IX. contratação de instituições financeiras para assessorar a Companhia em operações de fusões e aquisições, bem como em qualquer reorganização ou reestruturação societária que envolva a Companhia; X. adiamentos, empréstimos ou outras transações ou acordos com partes relacionadas, com os membros da Diretoria, ou com coligadas ou familiares de qualquer parte; XI. eleição, destituição e substituição dos Diretores e a determinação de suas atribuições; e XII. autorização para confissão de insolvência ou pedido de reorganização geral de dívida junto a credores. **Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados. Artigo 21.** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 22.** Ao término de cada exercício social, a Diretoria determinará a elaboração do Balanço Patrimonial e as demais demonstrações contábeis e financeiras exigidas por Lei, as quais, em conjunto, deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da Companhia e as mutações ocorridas no exercício, as quais serão submetidas à apreciação e deliberação da Assembleia Geral, juntamente com os demais documentos exigidos por Lei. **Parágrafo Único:** A Diretoria poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou referentes a períodos inferiores, observadas as disposições legais. **Artigo 23.** Do resultado apurado em cada exercício serão deduzidos, antes de qualquer outra destinação, os prejuízos acumulados. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Artigo 24.** Do lucro líquido do exercício, definido no artigo 191, da Lei nº 6.404/76, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. **Parágrafo Único:** A constituição de reserva legal poderá ser dispensada em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182, da Lei nº 6.404/76, exceder a 30% do capital social. **Artigo 25.** Com o objetivo de compensar eventual diminuição do lucro, em consequência de perda provável em período futuro, a Assembleia Geral poderá, mediante deliberação qualificada, por proposta da Diretoria, constituir reservas nos termos do artigo 195 e parágrafo da Lei nº 6.404/76, assim como a reserva de que trata o artigo 197 da mesma Lei. **Artigo 26.** Do saldo restante do lucro, feitas as deduções e destinações referidas nos Artigos antecedentes, será distribuído aos acionistas um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado na forma dos artigos 201 e 202 da Lei nº 6.404/76, pagável no prazo de 60 dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado. **Parágrafo Único:** A Companhia poderá levantar balanços trimestrais para a distribuição de dividendos, com observância da Lei. Os dividendos assim distribuídos serão deduzidos no cálculo do dividendo obrigatório do exercício. **Artigo 27.** O destino do saldo remanescente dos lucros será integralmente decidido pela Assembleia Geral. **Artigo 28.** A Assembleia Geral poderá determinar a distribuição de dividendos intermediários, a conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual o semestral nos termos do artigo 204, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. **Artigo 29.** Os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, prescreverão em favor da Companhia. **Da Liquidação da Companhia. Artigo 30.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei. O modo de sua liquidação será estabelecido em Assembleia Geral, que designará o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, conforme previsto em lei. **Disposições Gerais. Artigo 31.** Os casos omissos neste Estatuto Social serão registrados pela legislação em vigor.

PUBLICIDADE LEGAL

Divena Comercial Ltda.

CNPJ/ME nº 61.274.726/0001-07

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados			
Ativo	2024	2023	Receita Operacional Bruta	2024	2023
Ativo Circulante	564.951.860	422.706.867	Receita Operacional Bruta	1.129.428.519	699.447.158
Disponibilidades	88.211.988	65.309.401	Deduções de Vendas	(122.182.399)	(70.809.379)
Créditos financeiros a realizar	12.808.487	11.264.713	Impostos sobre vendas e devoluções	(122.182.399)	(70.809.379)
Contas a receber	74.021.949	83.918.598	Receita Operacional Líquida	1.007.246.120	628.637.779
Impostos a recuperar	7.740.831	8.658.978	Custo das mercadorias vendidas	(881.783.039)	(528.290.017)
Adiant p/Futuro Aumento Capital	5.199.480	-	Lucro Bruto	125.463.081	100.347.762
Estoque de mercadorias	192.185.435	153.300.247	Despesas Operacionais	(70.766.540)	(72.803.179)
Despesas antecipadas	539.214	295.976	Vendas	(24.406.109)	(21.300.339)
Outros realizáveis a curto prazo	184.244.476	99.958.954	Administrativas/Comerciais	(52.450.959)	(47.893.333)
Ativo Não-circulante	161.605.558	153.909.385	Resultado da Equivalência Patrimonial	5.789.064	(1.858.275)
Realizável a longo prazo	70.701.158	75.584.508	Outros Resultados Operacionais	301.464	(1.751.231)
Investimentos	84.941.112	72.141.228	Outras Despesas Operacionais	-	-
Imobilizado	5.912.746	6.147.806	Resultado Financeiro	(17.632.520)	(24.500.047)
Intangível	50.541	35.842	Receitas Financeiras	12.947.513	8.636.972
Total do Ativo	726.557.417	576.616.252	Despesas Financeiras	(30.580.032)	(33.137.020)
			Lucro Operacional	37.064.021	3.044.536
			Resultado Não Operacional	1.672.213	4.779.472
			Lucros antes do IRPJ e CSLL	38.736.234	7.824.008
			Imposto de Renda e Contribuição Social	(8.093.469)	(2.732.093)
			Resultado Líquido do Exercício	30.642.766	5.091.915

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
1. Contexto Operacional – A Divena Comercial Ltda., tem como objeto social preponderante, o comércio por atacado de caminhões e ônibus novos e usados. **2. Apresentação das Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08 convertida em lei) que introduz, revoga e altera os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, bem como nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em termos gerais, a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09 contemplam as medidas e esforços para a harmonização das práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais de contabilidade. **3. Patrimônio Líquido:** Capital Social: O capital social, no valor de R\$ 47.686.880,00, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 47.686.880 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada. As demais empresas do grupo possuem suas demonstrações contábeis devidamente apresentadas a secretaria da Receita Federal (SRF) registradas e com aprovação em ata específica estando a disposição dos sócios cotistas para consulta.

Receita Operacional Bruta Mercado interno 1.129.428.519 699.447.158
Deduções de Vendas (122.182.399) (70.809.379)
 Impostos sobre vendas e devoluções (122.182.399) (70.809.379)
Receita Operacional Líquida **1.007.246.120** **628.637.779**
Custo das mercadorias vendidas **(881.783.039)** **(528.290.017)**
Lucro Bruto **125.463.081** **100.347.762**
Despesas Operacionais **(70.766.540)** **(72.803.179)**
 Vendas (24.406.109) (21.300.339)
 Administrativas/Comerciais (52.450.959) (47.893.333)
 Resultado da Equivalência Patrimonial 5.789.064 (1.858.275)
 Outros Resultados Operacionais 301.464 (1.751.231)
 Outras Despesas Operacionais - -
Resultado Financeiro **(17.632.520)** **(24.500.047)**
 Receitas Financeiras 12.947.513 8.636.972
 Despesas Financeiras (30.580.032) (33.137.020)
Lucro Operacional **37.064.021** **3.044.536**
Resultado Não Operacional **1.672.213** **4.779.472**
Lucros antes do IRPJ e CSLL **38.736.234** **7.824.008**
 Imposto de Renda e Contribuição Social (8.093.469) (2.732.093)
Resultado Líquido do Exercício **30.642.766** **5.091.915**

Silvana Dib de Abreu – Administradora
 Leovaldo Lourenço Barbieri – Técnico Contábil – CRC 1SP 121.431/0-7

DÓLAR
 compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,4248 / R\$ 5,4254 **
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,4338 / R\$ 5,4358 *
 Turismo - R\$ 5,4590 / R\$ 5,6390
 (*) cotação média do mercado
 (**) cotação do Banco Central
 Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,24%

BOLSAS
 B3 (Ibovespa)
 Variação: -0,45%
 Pontos: 135.913
 Volume financeiro: R\$ 26,549 bilhões
 Maiores altas: Braskem PNA (4,41%), Eletrobras ON (3,53%), Cogna ON (3,37%)
 Maiores baixas: Petrobras ON (-7,95%), Renner ON (-7,26%), Ultrapar ON (-6,36%)
 S&P 500 (Nova York): 0,78%
 Dow Jones (Nova York): 0,47%
 Nasdaq (Nova York): 0,98%
 CAC 40 (Paris): 0,44%
 Dax 30 (Frankfurt): -0,12%
 Financial 100 (Londres): -0,06%
 Nikkei 225 (Tóquio): 1,85%
 Hang Seng (Hong Kong): -0,89%
 Shanghai Composite (Xangai): -0,12%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,24%
 Merval (Buenos Aires): -2,05%
 IPC (México): -0,33%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO
 IPCA/IBGE
 Junho 2024: 0,21%
 Julho 2024: 0,38%
 Agosto 2024: -0,02%
 Setembro 2024: 0,44%
 Outubro 2024: 0,56%
 Novembro 2024: 0,39%
 Dezembro 2024: 0,52%
 Janeiro 2025: 0,16%
 Fevereiro 2025: 1,31%
 Março 2025: 0,56%
 Abril 2025: 0,43%
 Maio 2025: 0,26%
 Junho 2025: 0,24%

Coroa (Suécia) - 0,5671
 Dólar (EUA) - 5,4254
 Franco (Suíça) - 6,7204
 Iene (Japão) - 0,03674
 Libra (Inglaterra) - 7,2939
 Peso (Argentina) - 0,004101
 Peso (Chile) - 0,005626
 Peso (México) - 0,2926
 Peso (Uruguai) - 0,1355
 Yuan (China) - 0,7552
 Rublo (Rússia) - 0,06782
 Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,326

DVL Comércio e Representações de Veículos e Part. em Neg. S.A.

CNPJ/MF nº 37.578.526/0001-63

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

Balancos Patrimoniais		Demonstrações dos Resultados			
Ativo	2024	2023	Receita Operacional Bruta	2024	2023
Ativo Circulante	23.421	16.808	Receita Operacional Bruta	-	-
Disponibilidades	478	158	Mercado interno	-	-
Contas a receber	-	-	Deduções de Vendas	-	-
Impostos a recuperar	22.943	16.650	Impostos sobre vendas e devoluções	-	-
Estoques de mercadorias	-	-	Receita Operacional Líquida	-	-
Despesas antecipadas	-	-	Custo das mercadorias vendidas	-	-
Outros realizáveis a curto prazo	-	-	Lucro Bruto	-	-
Ativo Não-circulante	4.000.000	4.000.000	Despesas Operacionais	(71.414)	(72.461)
Realizável a longo prazo	4.000.000	4.000.000	Vendas	-	-
Investimentos	-	-	Administrativas/Comerciais	(71.414)	(72.461)
Imobilizado	-	-	Resultado da Equivalência Patrimonial	-	-
Intangível	-	-	Outros Resultados Operacionais	-	-
Total do Ativo	4.023.421	4.016.808	Outras Despesas Operacionais	-	-
			Resultado Financeiro	(422)	(866)
			Receitas Financeiras	-	-
			Despesas Financeiras	(422)	(866)
			Lucro Operacional	(71.836)	(73.327)
			Resultado Não Operacional	-	-
			Lucros antes do IRPJ e CSLL	(71.836)	(73.327)
			Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-
			Resultado Líquido do Exercício	(71.836)	(73.327)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
1. Contexto Operacional – A DVL Com e Representações de Veículos e Part em Neg S.A., tem como objeto social preponderante, o comércio por atacado de automóveis, camionetas e utilitários novos e usados. **2. Apresentação das Demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 (MP 449/08 convertida em lei) que introduz, revoga e altera os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76, bem como nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em termos gerais, a Lei 11.638/07 e a Lei 11.941/09 contemplam as medidas e esforços para a harmonização das práticas contábeis nacionais aos padrões internacionais de contabilidade. **3. Patrimônio Líquido:** Capital Social: O capital social, no valor de R\$ 4.100.000,00, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 4.100.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As demais empresas do grupo possuem suas demonstrações contábeis devidamente apresentadas a secretaria da Receita Federal (SRF) registradas e com aprovação em ata específica estando a disposição dos sócios cotistas para consulta.

Receita Operacional Bruta Mercado interno - -
Deduções de Vendas - -
 Impostos sobre vendas e devoluções - -
Receita Operacional Líquida - -
Custo das mercadorias vendidas - -
Lucro Bruto - -
Despesas Operacionais **(71.414)** **(72.461)**
 Vendas - -
 Administrativas/Comerciais (71.414) (72.461)
 Resultado da Equivalência Patrimonial - -
 Outros Resultados Operacionais - -
 Outras Despesas Operacionais - -
Resultado Financeiro **(422)** **(866)**
 Receitas Financeiras - -
 Despesas Financeiras (422) (866)
Lucro Operacional **(71.836)** **(73.327)**
Resultado Não Operacional - -
Lucros antes do IRPJ e CSLL **(71.836)** **(73.327)**
 Imposto de Renda e Contribuição Social - -
Resultado Líquido do Exercício **(71.836)** **(73.327)**

Silvana Dib de Abreu – Diretora
 Leovaldo Lourenço Barbieri – Técnico Contábil – CRC 1SP 121.431/0-7

LTM Holding S.A.

CNPJ/MF nº 48.287.884/0001-33

Balanco Patrimonial (Em Reais)

Balanco Patrimonial (Em Reais)		Balanco Patrimonial (Em Reais)		
Ativo	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	
Ativo Circulante	1.131.896,88	1.131.896,88	1.131.896,88	
Disponibilidades	1.131.896,88	1.131.896,88	1.131.896,88	
Depósitos Bancários a Vista	148,31	148,31	148,31	
Bancos Conta Movimento	148,31	148,31	148,31	
Aplicações Financeiras	1.131.748,57	1.131.748,57	1.131.748,57	
Aplicações Financeiras Renda Fixa	1.110.788,57	1.110.788,57	1.110.788,57	
Aplicações Financeiras Fundos de Investimentos	20.960,00	20.960,00	20.960,00	
Demonstração do Resultado do Exercício	14/10/2022	14/10/2022	14/10/2022	
(+) Receita Bruta Operacional	603.184,84	603.184,84	603.184,84	
Faturamento Prod. Merc. e Serviços	603.184,84	603.184,84	603.184,84	
Outras Receitas	603.184,84	603.184,84	603.184,84	
(-) Deduções da Receita	22.016,25	22.016,25	22.016,25	
Impostos Faturados	22.016,25	22.016,25	22.016,25	
COFINS	18.095,55	18.095,55	18.095,55	
PIS	3.920,70	3.920,70	3.920,70	
(=) Receita Líquida	581.168,59	581.168,59	581.168,59	
(-) Despesas Operacionais	9.355,70	9.355,70	9.355,70	
Despesas Administrativas	8.818,00	8.818,00	8.818,00	
Despesas Gerais Administrativas	8.818,00	8.818,00	8.818,00	
Despesas Tributárias	195,38	195,38	195,38	
Resultado Financeiro	342,32	342,32	342,32	
Despesas Financeiras	342,32	342,32	342,32	
(=) Res. antes das Participações e Contrib.	571.812,89	571.812,89	571.812,89	
(-) Res. antes Imp.renda e Contrib. Social	571.812,89	571.812,89	571.812,89	
(-) Contribuição Social sobre o Lucro	17.371,72	17.371,72	17.371,72	
Contribuição Social sobre o Lucro	17.371,72	17.371,72	17.371,72	
(-) Imposto de Renda	42.254,78	42.254,78	42.254,78	
Imposto de Renda	42.254,78	42.254,78	42.254,78	
(=) Resultado Líquido do Exercício	512.186,39	512.186,39	512.186,39	
Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados – DLPA	01/10/2022	01/10/2022	01/10/2022	
Resultados	512.186,39	512.186,39	512.186,39	
(+) Lucro Líquido do Período	512.186,39	512.186,39	512.186,39	
Destinações	(95.433,64)	(95.433,64)	(95.433,64)	
(-) Transferência para Reservas	(95.433,64)	(95.433,64)	(95.433,64)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	416.752,75	416.752,75	416.752,75	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções outorgadas e Ações e Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos Iniciais	-	-	-	-
Aumento de Capital	200.000,00	-	-	200.000,00
Reserva Para Aumento de Capital	-	440.000,00	-	440.000,00
Dividendos	-	-	(95.433,64)	(95.433,64)
Lucro Líquido do Período	-	-	512.186,39	512.186,39
Saldos Finais	200.000,00	440.000,00	416.752,75	1.056.752,75

Taturo Nakamura – Diretor Presidente
 CPF: 049.484.758-15

Ailton Pereira de Souza – Contador
 CT/CRC: 1SP 155.697/0-9

comercial@datamercantil.com.br

ZD Alimentos S.A.

CNPJ/MF nº 56.073.307/0001-77 – NIRE 35.300.355.041

Ata da Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 15 de julho de 2025

Data: Aos 15/07/2025. **Horas:** As 09h00. **Local:** Na sede social, na Avenida Antonieta Altenfelder, nº 705, Marília-SP. **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a publicação do edital de convocação. **Mesa:** Presidente: Sr. Paulo Sérgio Zapparoli Dedemo; Secretária: Sra. Isabel Cristina Spila Dedemo. **Ordem do Dia:** A) Exame e aprovação do Relatório e Contas dos Administradores, bem como das Demonstrações Financeiras, das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras correspondentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024; B) Destinação do resultado do exercício; C) Fixação dos limites de remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. **Deliberações:** A) Por unanimidade, foi deliberada a aprovação dos Relatórios e as Contas dos Administradores, bem como as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31/12/2024, publicado em 12/07/2025 nos Jornais, Data Mercantil na página 11 e Data Mercantil Digital http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal; B) Por unanimidade, foi deliberada do lucro líquido do exercício, de R\$ 36.248.212,15, a destinação de 5% para Reserva Legal, no montante de R\$ 1.812.410,61, a distribuição dos dividendos, no montante de R\$ 1.400.000,00, a destinação para Reserva de Lucros, no montante de R\$ 316.722,91, e a destinação para Reserva de Incentivos Fiscais, no montante de R\$ 38.560.964,00; C) Foi aprovada por unanimidade, a fixação da remuneração global anual para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, para o período entre 01/01/2025 a 31/12/2025, de até R\$ 530.000,00. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta ata, que lida e aprovada foi assinada pelos presentes. Acionistas Presentes: Sr. Paulo Sérgio Zapparoli Dedemo e Dedemo Participações Ltda., representada pelos sócios Sr. Stênio Dedemo e Sra. Eloizi Cristina Dedemo Ferraz. Marília/SP, 15/07/2025. Paulo Sérgio Zapparoli Dedemo – Presidente da Mesa; Isabel Cristina Spila Dedemo – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 268.734/25-2 em 06/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Garin Infraestrutura

Assessoria e Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 32.857.795/0001-45 NIRE 35.235.455.279

Convocação para Reunião Geral Extraordinária de Sócios
 Convo-ca-se os sócios quotistas da **Garin Infraestrutura Assessoria e Participações Ltda.** ("Sociedade"), nos termos do artigo 1.072, da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"), para **Reunião Geral Extraordinária de Sócios**, a ser realizada no dia **04/09/2025**, na modalidade **semipresencial**, com participação tanto no endereço: **Rua Hungria, nº 664, 1º andar, conjuntos nº 11 e 12, Jardim Europa, São Paulo/SP, CEP 01.455-000**, como virtualmente, mediante o uso do aplicativo de comunicação **Teams**, através do seguinte link: https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MTDiOTdYmEY2M2NS00M-WixLWfINGEYj2ZiVmOwE5NzNi%40thread.v2/0?contexttt=%7b%22id%22%3a%22261a73b9-ba39-46ab-9862a82eb5739b4f%22%2c%22oid%22%3a%22804460cb-7c46-4fd4-be99-eee44cee39f8%22%7d (**ID 293 588 290 142 0, senha PE9Pj3jd**), às **11h00**, em **primeira convocação**, e às **11**

NEGÓCIOS

Consumidor continua trocando produtos por opções mais baratas, diz presidente do Assaí



A rede de atacarejos Assaí segue identificando movimento de consumidores trocando produtos por variações mais baratas e com pouca capacidade de compra, em meio ao cenário de juros elevados e disputa pela renda da população com as empresas de apostas online, disse o presidente-executivo da companhia, Belmiro Gomes, nesta sexta-feira, 08.

"A troca do consumidor por produtos mais baratos e econômicos ainda é persistente. Juros, movimento de apostas esportivas, endividamento... isso forma um cenário em que o consumidor é obrigado a comprar produtos mais baratos", disse o executivo em conferência com analistas após a

publicação do resultado de segundo trimestre do Assaí, na noite da véspera.

"O 'trade down' está mais forte, principalmente no Nordeste, devido a outros hábitos que estão tirando dinheiro da população", afirmou. "Se entrar dinheiro novo, vai mais para o mercado de apostas do que para alimentos", acrescentou.

No segundo trimestre, as vendas das lojas do Assaí subiram 4,6%, um desempenho considerado fraco pela companhia diante do objetivo de avançar com o indicador em um patamar acima da inflação.

As ações da companhia, que nos últimos anos promoveu uma bilionária estratégia de expansão de presença de suas lojas no país, exibiam queda de

3,8% às 13h42, enquanto o Ibovespa recuava 0,22%.

No balanço de resultados, o Assaí citou que o desempenho das vendas das mesmas lojas refletiu pressão no poder de compra dos consumidores e o chamado "trade down".

Enquanto isso, os fabricantes de alimentos também seguem ajustando (os preços dos) seus produtos, disse o vice-presidente comercial e de logística do Assaí, Wlamir dos Anjos.

Segundo ele, o Assaí esperava que a chamada "redução", em que o tamanho de um produto é reduzido enquanto o preço se mantém estável ou sobe, estivesse "mais branda", algo que ainda não ocorreu.

IstoÉDinheiro

Em recuperação judicial, Azul faz ajuste na malha e deixará de operar em 13 cidades

Em meio a uma recuperação judicial, a Azul apresentou a investidores no início de agosto um documento que prevê mudanças na malha da companhia, com redução de cidades atendidas e eliminação de rotas com desempenho abaixo da média.

A empresa informou o fim da operação em 13 cidades não lucrativas e maior foco nos hubs -aeroportos onde a companhia aérea concentra as operações. Por ser uma informação considerada estratégica, a Azul não revelou quais cidades deixarão de ser atendidas.

Além disso, no documento, a empresa afirma também que eliminará 53 rotas com margem 17 p.p. abaixo da média da companhia.

De acordo com a companhia aérea, as mudanças vêm ocorrendo desde julho, de forma gradual. Ainda segundo a Azul, clientes impactados pelas mudanças já receberam

a assistência necessária.

À reportagem a empresa disse que "avalia constantemente as operações em suas bases, como parte de um processo normal de ajuste de oferta e demanda".

A Azul cita como motivos para os ajustes na malha o aumento nos custos operacionais da aviação, impactados pela crise global na cadeia de suprimentos e a alta do dólar; questões de disponibilidade de frota e o processo de reestruturação da empresa.

A companhia anunciou em 28 de maio deste ano a entrada no Chapter 11 (equivalente à recuperação judicial) nos Estados Unidos, numa tentativa de reorganizar suas dívidas. Depois de Latam e Gol, a empresa foi a última das principais companhias aéreas brasileiras a aderir ao processo.

A expectativa da Azul é que o processo de recuperação judicial termine no fim deste ano.

Folhapress



Realme vai lançar celular C75 5G no Brasil com produção em Manaus



A marca de smartphones chinesa Realme anunciou nesta sexta-feira (8) que a versão com 5G do modelo de entrada C75 será lançado no Brasil com produção local em fábrica de Manaus. O preço ainda não foi informado.

O C75 5G é o primeiro produzido na unidade com a nova geração de conectividade e com certificações IP69, IP68 e IP66, resistência contra poeira, água e líquidos em alta temperatura.

Visando reduzir custos, a empresa conhecida por modelos com boa relação custo-benefício produz aparelhos no país desde abril, resultado de um maior interesse pelo mercado brasileiro.

"Ter uma produção local nos permite reduzir custos logísticos e fiscais, o que impacta diretamente na competitividade de preços ao consumidor. Além disso, nos dá mais agilidade para adaptar os produtos às preferências do público local e nos possibilita aprimorar o pós-venda com mais eficiência e proximidade", Xiaoyi Shao, country manager da Realme Brasil.

A fábrica por enquanto produz apenas modelos da série C, de entrada (faixa de R\$ 1.000), mas já tem planos de iniciar a produção de intermediários como o Realme 14 (a partir de R\$ 2.800) e o premium GT 7, lançado na Europa em maio mas ainda não disponível no Brasil.

A empresa também anunciou nesta sexta que terá uma loja oficial no Mercado Livre, onde passará a vender os novos modelos com benefícios da plataforma como entrega rápida e maior confiabilidade.

Segundo a Realme, a montagem no país também é uma forma de combater o contrabando em plataformas de e-commerce, problema alvo de ofensivas recentes da Anatel.

"Acreditamos que a produção nacional é uma resposta sólida a esse cenário, pois demonstra comprometimento com o mercado, garante autenticidade e facilita o acesso ao suporte pós-venda", disse o executivo.

Folhapress